

EM DEBATE

Opinião Pública e Conjuntura Política

2010

Um Periódico do Grupo de Pesquisa “Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral”



DOSSIÊ: “CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA: COMO ELA SE MANIFESTA NAS ELEIÇÕES?

Marcelo Baqueiro

Ednaldo Ribeiro

Denise Salles



OPINIÃO

Noelle del Giudice

RESENHA

Leonardo da Silveira Ev

Periódico Eletrônico do
Grupo de Pesquisa de “Opinião Pública:
Marketing Político e Comportamento
Eleitoral”

Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627
Campus Pampulha - CEP: 31.270-901
Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: (31) 3409-5007



Ano 2, n. 7, Julho de 2010 I ISSN 2176-4883

GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA: MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Em Debate

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

Missão

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

Coordenação:

Helcimara de Souza Telles, UFMG

Conselho Editorial

Antônio Lavareda – IPESPE

Aquilles Magide – UFPE

Cloves Luiz Pereira Oliveira – UEFS

Dalmir Francisco - UFMG

Denise Paiva Ferreira - UFG

Gustavo Venturi Júnior - USP

Helcimara de Souza Telles - UFMG

Heloisa Dias Bezerra - UFG

Julian Borba - UFSC

Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Luiz Ademir de Oliveira - UFSJ

Luiz Cláudio Lourenço - UFBA

Malco Braga Camargos, - PUC-MINAS

Marcus Faria Figueiredo – IUPERJ

Mathieu Turgeon - UnB

Rubens de Toledo Júnior – UFBA

Silvana Krause – UFG

Yan de Souza Carreirão - UFPR

Jornalista Responsável

Carlos Eduardo Morais Freitas

Equipe Técnica:

Leonardo da Silveira Ev

Fabiana dos Santos

Pedro Santos Mundim

Parceria

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas
e Econômicas – IPESPE

Endereço

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política – DCP

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte

Minas Gerais – Brasil - 30850-021

+ (55) 31 3409 5007

email: marketing-politico@uol.com.br

As opiniões expressas nos artigos são de
inteira responsabilidade dos autores.

EM DEBATE

Opinião Pública e Conjuntura Política

2010

Um Periódico do Grupo de Pesquisa “Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral”



DOSSIÊ:”CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA: COMO ELA SE MANIFESTA NAS ELEIÇÕES?

Marcelo Baqueiro

Ednaldo Ribeiro

Denise Salles



OPINIÃO

Noelle del Giudice

RESENHA

Leonardo da Silveira Ev

Periódico Eletrônico do
Grupo de Pesquisa de “Opinião Pública:
Marketing Político e Comportamento
Eleitoral”

Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627
Campus Pampulha - CEP: 31.270-901
Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: (31) 3409-5007



Ano 2, n. 7, Julho de 2010 I ISSN 2176-4883

EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política
Ano II, Número VI, Junho de 2010

SUMÁRIO

Editorial	4-5
Dossiê: “Cultura política brasileira: como ela se manifesta nas eleições?”	
• Cultura Política e Processo Eleitoral no Brasil: O que há de novo?	6-10
Marcello Baquero	
• Cultura Política e Processos Eleitorais	11-15
Ednaldo Ribeiro	
• Comparecimento Eleitoral e Cultura Política no Brasil	16-20
Denise Salles	
Opinião	
• O Sistema Proporcional no Brasil: Origens, Características e Efeitos	21-28
Noelle Del Giudice	
Resenha	
• Eleições e Mídia Local: Devendendo a Democracia de Massa em Disputas Municipais	29-31
Leonardo da Silveira Ev	
Colaboradores desta edição	32

EDITORIAL

Cultura política e eleições

A estabilidade e a qualidade do funcionamento de um regime democrático podem estar vinculados à adesão de seus cidadãos aos valores que ela comporta e de sua concordância com as regras vigentes. A cultura política de um povo é freqüentemente apontada como um dos mais importantes indicadores do grau de desenvolvimento político de uma sociedade. Assim, a edição de julho do periódico **Em Debate** discute o tema da cultura política e de como ela influencia o comportamento eleitoral dos cidadãos no Brasil.

O professor Marcello Baquero, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, expõe em seu artigo uma série de elementos que compõem, do ponto de vista teórico, o conceito de cultura política. Falando a respeito das pesquisas recentes que têm sido realizadas no Brasil e no exterior, ele traça um panorama do conhecimento acumulado a respeito do tema e aponta o comparecimento eleitoral como um dos melhores indicadores do *status* da cultura política em uma sociedade. A partir disso, ele analisa à luz de nossa história política alguns elementos culturais que deverão entrar em cena no processo eleitoral deste ano.

Ednaldo Ribeiro, professor da Universidade Estadual de Maringá, discute a centralidade do conceito de cultura política para a reflexão acerca dos fenômenos políticos de um país, apontando-o como um fator tão importante quanto aqueles de ordem institucional, histórica e sociológica. Ele afirma que o conjunto de valores partilhados pelos membros de uma sociedade, que é mutável, são a base para a estruturação de diversos fenômenos sociais e políticos, como por exemplo, a criação e orientação dos partidos. Em relação ao caso brasileiro, ele afirma que a melhoria dos indicadores de adesão ao regime democrático é acompanhado por um aumento da frustração manifesta em relação a seu desempenho no país.

A doutoranda em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Denise Lopes Salles, aborda algumas transformações que têm sido verificadas nas sociedades latino-americanas, no que diz respeito aos indicadores do comparecimento eleitoral. Ela salienta que, a despeito dos fatores institucionais, a variação que se verifica nesses

índices de um país para outro do continente, está ligada à como os elementos de natureza sócio-econômica são influenciam a conformação da cultura política. Assim, ela analisa o caso brasileiro com base nesses elementos e afirma que a propensão ao voto está relacionada positivamente á fatores como participação em grupos sociais e escolaridade.

Na seção Opinião, a doutoranda pela Universidad Complutense de Madrid, Noelle Del Giudice traça um panorama do sistema eleitoral brasileiro, desde suas origens até a atualidade e indica quais são as conseqüências que lhe são normalmente atribuídas do ponto de vista da dinâmica eleitoral do Brasil. Assim, ela aponta para a freqüente associação de nosso sistema proporcional de lista aberta e a predominância de um componente personalista no *ethos* político nacional.

A seção Resenha traz uma análise da obra “Eleições e Mídia Local: Desvendando a Democracia de Massa em Disputas Municipais”, feita pelo graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, Leonardo da Silveira Ev. Organizada pelo professor da Universidade Estadual de Maringá, Emerson Urizzi Cervi, a obra reúne artigos elaborados por professores das áreas de Ciências Políticas e Comunicação acerca da forma como a mídia local realiza a cobertura de eleições e de temas políticos.

ELEIÇÕES E MÍDIA LOCAL: DESVENDANDO A DEMOCRACIA DE MASSA EM DISPUTAS MUNICIPAIS

Leonardo da Silveira Ev

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

✉ leonachoS@hotmail.com

A obra “Eleições e Mídia Local: Desvendando a Democracia de Massa em Disputas Municipais”, organizada por Emerson Urizzi, é uma coletânea de textos escritos por pesquisadores das áreas de comunicação social e de ciência política, e está dividida em duas partes. A primeira aborda a cobertura das eleições municipais de 2008, realizada por dois jornais de Ponta Grossa (PR), o *Diário dos Campos* e o *Jornal da Manhã*. Os capítulos que a compõem analisam a forma como foi tratada a eleição para prefeito da cidade paranaense. Elas apontam as semelhanças e as diferenças entre os dois jornais, identificando o tipo de enfoque e de texto dedicado aos assuntos relativos à eleição e à política de maneira geral. Além disso, também são apresentadas as diferenças no tratamento dado aos candidatos que disputaram o cargo. A segunda parte acrescenta novas dimensões de análise, ao incluir outras esferas de disputa e outros meios de comunicação, apontando como são abordadas as eleições nacional e estadual nas mídias locais e estaduais, bem como na internet.

No capítulo de apresentação, o organizador elenca dois aspectos que tornam a discussão acerca do papel da imprensa na cobertura de temas políticos um assunto de alta relevância no Brasil. Em primeiro lugar, está o fato de que o país consolidou, ao longo das duas últimas décadas, um regime democrático de massa estável e operante; em segundo, a existência de uma ampla rede de meios de comunicação de massa com penetração em praticamente todo o território nacional.

Em tal contexto, a qualidade da informação disponibilizada para os cidadãos torna-se um fator de suma importância para a “saúde” da democracia. A mídia, enquanto principal responsável por levar essa informação ao público, é um ator-chave para o desfecho dos fenômenos políticos nas sociedades modernas. A forma como ela aborda os temas, o enfoque dado a eles, o posicionamento adotado pelo

veículo, entre outros, são fatores que direcionam a recepção que o público terá das informações sobre política, a partir das quais se posicionará em relação a este tema.

Assim, muito se tem debatido e estudado no Brasil a respeito da atuação dos grandes veículos de comunicação. Por sua capacidade de atingir boa parte do território nacional, eles são importantes formadores de opinião e privilegiam predominantemente assuntos ligados à política nacional. Tendo em vista esse fato, o foco de “Eleições e Mídia Local: Desvendando a Democracia de Massa em Disputas Municipais” recai exatamente sobre uma dimensão ainda pouco explorada no país: a forma como a mídia local trata assuntos relativos à política regional e nacional.

A cobertura das campanhas para a prefeitura de Ponta Grossa no pleito de 2008 feita pelos dois jornais de circulação local é abordada por Solange A. B. Moraes de Barros e Natália de Castro Cancian. Enfocando a forma como eles pautaram tal assunto, elas apresentam dados de distribuição e ocupação de espaço nas páginas de assuntos ligados às campanhas, buscando verificar qual a importância dada pelos veículos à eleição e aos temas políticos, bem como a ocorrência de discrepância na cobertura das campanhas dos candidatos a prefeito da cidade.

Emerson Urizzi Cervi e Aline Louize Deliberali Rosso analisam no segundo capítulo, a capa e as primeiras páginas dos dois jornais ponta-grossenses. A importância dessa parte específica dos periódicos se justifica na medida em que elas são responsáveis por apresentar ao leitor as notícias e matérias de destaque, as quais são tidas como de maior relevância. Assim, eles acompanham esses jornais em três períodos distintos - a eleição nacional de 2006, o período intra-eleitoral, em 2007 e as eleições municipais de 2008. Eles verificam as diferenças no tratamento dado a temas políticos nesses três períodos e testam as variações na visibilidade dos artigos e notícias acerca das eleições.

Sérgio Luiz Gadini, Alyne Moreira Lemes e Rafael Ribeiro Ferreira, analisam as capas dos jornais de Ponta Grossa, buscando evidenciar os critérios de noticiabilidade utilizados por cada um. O estudo, realizado durante um período não-eleitoral, em 2007, torna mais claro os critérios e os valores que orientam esses periódicos na forma como eles realizam a cobertura de temas políticos e sociais.

No quarto capítulo, Cíntia Xavier faz um importante estudo acerca das fontes de informação que os jornais usam e reportam em suas notícias e matérias. O tema diz respeito diretamente à qualidade e, sobretudo, à confiabilidade das informações divulgadas em um periódico. A relação entre jornalistas e suas fontes é determinante na forma como um fato será relatado. Nesse sentido, a credibilidade das fontes é um fator essencial para a avaliação da qualidade da informação fornecida. A autora chama atenção para a preferência do uso de fontes oficiais, que detêm maior credibilidade e são em geral mais confiáveis.

Iniciando a segunda parte, o texto de Sérgio Luiz Gadini, Edson Armando Silva e Ana Paula Mendes é focado na cobertura que dois jornais locais - o *Diário dos Campos*, de Ponta Grossa, e o *Diário do Norte*, de Maringá - fazem das eleições nacional e estadual. Eles observam a interação entre esses dois âmbitos e a mídia local e como ela é capaz de pautar sua cobertura. Eles apontam, também, para o uso recorrente dos *releases* de campanha por parte desses veículos, ao tratar das influências entre os campos da política e da mídia.

Doacir Quadros analisa a cobertura realizada por dois jornais de circulação estadual, a *Gazeta do Povo* e o *Estado do Paraná*, nas eleições municipais de Curitiba. O autor compara o volume e a exposição que eles destinam aos diferentes candidatos, para ver se a mídia os tratou de forma igual, tendo em vista a ampla vantagem nas intenções de voto do concorrente à reeleição na cidade.

Mudando de veículo, da mídia impressa para a eletrônica, Emerson Urizzi Cervi e Josiany Fiedler Vieira analisam a abordagem feita por três blogs especializados em política sobre as eleições de Curitiba. Os autores apontam que, por gozarem de maior liberdade editorial, esses veículos em geral se antecipam à mídia tradicional na divulgação de fatos políticos e são importantes fontes de informação na sociedade moderna. Assim, eles encontram grandes diferenças na forma como cada um dos blogs analisados tratou os temas políticos e cobriu as candidaturas nas eleições municipais de 2008.

O capítulo final, de autoria de Solange A. B. Moraes de Barros e Elisabete Fernanda Shimanski discorre acerca de dois conceitos fundamentais para o entendimento da forma como se organiza o debate político contemporâneo, inclusive nos meios de comunicação: conservadorismo e modernidade. Tal divisão, apontam as autoras, é a base para boa parte dos antagonismos políticos que se verificam em sociedades modernas, nas quais os projetos políticos derivam da filiação, em maior ou menor grau, a uma dessas duas correntes.

Os estudos sobre a abordagem política realizada pela mídia local, como aqueles que integram essa obra, são de fundamental importância não apenas para o acúmulo de conhecimento na área, mas para termos a real dimensão do impacto que tais veículos têm na opinião pública. Assim, “Eleições e Mídia Local: Desvendando a Democracia de Massa em Disputas Municipais” cumpre o importante papel de explorar esse nicho da mídia brasileira que muitas vezes passa despercebida, mas que, certamente é influente no processo democrático nacional.

CERVI, Emerson U. (org.) *Eleições e Mídia Local: Desvendando a Democracia de Massa em Disputas Municipais*. Ponta Grossa: Todapalavra, 190 p., 2010.

CULTURA POLÍTICA E PROCESSO ELEITORAL NO BRASIL: O QUE HÁ DE NOVO?

Political Culture and electoral process in Brazil: What's new?

Marcello Baquero

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

✉ nupesal@yahoo.com.br

O termo cultura política é tributário da abordagem estrutural-funcionalista da teoria de política comparada, cujo objetivo fundamental é buscar significados para a ação humana. No campo da ciência política este conceito assume centralidade enquanto categoria analítica a partir do trabalho seminal de Almond e Verba (1963) “A cultura cívica”. Para os autores, a cultura política se refere “às orientações e atitudes políticas das pessoas em relação ao sistema político e seus diferentes componentes e às atitudes em relação ao seu papel no sistema”. Desse modo, cultura política se refere às normas, valores e crenças que são internalizados pelos cidadãos, por meio do processo de socialização política e que operam em três dimensões: (1) a cognitiva - conhecimento sobre política; (2) a afetiva - sentimentos de apoio ou rejeição à política e (3) a avaliativa - julgamentos sobre os objetos políticos.

A produção acadêmica sobre esta temática, nos últimos anos, tem experimentado uma expansão importante, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico. Presentemente, o Brasil conta com bancos de dados referentes à pesquisas de cultura política, tais como o ESEB (Estudos Eleitorais Brasileiros) e o LAPOP (Laboratório de Pesquisa sobre Opinião Pública), que têm propiciado subsídios importantes para um melhor entendimento a respeito de como os brasileiros constroem suas

representações sobre a política e as instituições políticas, identificando algumas regularidades no comportamento político do brasileiro.

Presentemente, o estágio dos estudos sobre cultura política possibilita afirmar, conceitualmente, que o termo designa a síntese heterogênea e, às vezes contraditória, dos valores, informações, juízos e expectativas que conformam a identidade política dos cidadãos, dos grupos sociais e das organizações políticas. Com base nessa premissa cultural surgem hábitos, costumes, opiniões, predisposições e formas de comportamento que dão um significado empírico à relação entre Estado e sociedade, a partir da forma como as pessoas decodificam a política.

Dois níveis de cultura política têm sido identificados: (1) o primeiro se refere ao indivíduo e à forma como internaliza normas e valores em relação à política e o modo como responde a elas e, (2) o segundo, tem como foco de análise os grupos e como estes avaliam as instituições políticas e os gestores públicos. É, dentro dessas perspectivas, que os cientistas políticos examinam os valores, atitudes e comportamentos dos cidadãos e das instituições políticas. Os dados produzidos por pesquisas sobre uma cultura política são variáveis importantes para auxiliar a responder algumas das questões fundamentais a respeito do comportamento que produz estabilidade ou instabilidade política numa sociedade.

Na área de cultura política, uma multiplicidade de pesquisas têm sido realizadas sobre diversos temas entre os quais, socialização política, ideologias políticas, participação política e partidos políticos. Todos esses temas de cultura política, de maneira geral, centram suas atenções no processo eleitoral. Embora existam divergências, principalmente entre a linha institucionalista e a abordagem da cultura política a respeito de qual dimensão é a variável independente e a dependente no processo de construção da democracia, não há grandes polêmicas sobre a importância de compreender como se constitui uma base normativa de apoio à democracia.

A compreensão do comportamento das pessoas em épocas de eleições é importante para identificar os condicionantes desse comportamento, na medida em que possibilita analisar como as pessoas pensam sobre o processo político, que atitudes assumem em relação às instituições políticas e gestores públicos e o comportamento efetivamente observável no campo político. Isto porque é imperativo diferenciar entre atitudes e comportamento para evitar cometer equívocos de “diferencial semântico”, sem diferenciar atitude de

comportamento. Uma democracia eficiente com uma cultura política participativa exige, segundo Maquiavel, que os 'hábitos morais' dos cidadãos coincidam com as normas e comportamento prescrito pela constituição de um país

As atitudes e o comportamento político eleitoral são influenciados por um conjunto múltiplo de variáveis. Além dos fatores formais de empoderamento eleitoral de natureza institucional (constituição, direitos, deveres e mediação política), a abordagem da cultura política oportuniza o estudo de outras variáveis de caráter subjetivo que também incidem, por exemplo, no voto. Assim, as percepções, opiniões e decisões na hora do sufrágio, nos ajudam a compreender o tipo de cultura política numa sociedade.

A decisão de votar ou se abster numa eleição são um reflexo da forma como uma pessoa decodifica o mundo político do ponto de vista social e econômico. Nessa direção, tem se identificado o voto econômico, o voto retrospectivo, o voto prospectivo, entre outros. Tais formas de votar colocam a compreensão das razões do voto no âmago da formatação da cultura política e sua relação com o progresso ou não democrático.

Por exemplo, um dos requisitos para o fortalecimento de uma democracia se radica na crença dos cidadãos de que o ato de votar, além de se constituir num dever cívico, contribui para o fortalecimento democrático, pois é um mecanismo de fiscalização dos representantes políticos. No entanto, pesquisas realizadas nos últimos anos (Baquero, 2000) recorrentemente têm constatado que um segmento significativo dos brasileiros (na média 42,0%, de 1984 a 2008) não votaria se o voto não fosse obrigatório. Igualmente, em relação à confiança que as pessoas depositam nas instituições políticas, os resultados também não são alentadores. A este respeito Moisés (2008) identificou um paradoxo da cultura política brasileira que diz respeito ao apoio que os cidadãos dão à democracia num sentido difuso (Easton, 1965), simultaneamente com elevados índices de desconfiança nas instituições democráticas, pontualmente os partidos políticos e o Congresso.

Tal paradoxo pode ser explicado pela história política do país, marcada por um legado autoritário que retardou a eliminação de vícios tradicionais da política e que reaparecem nos pleitos eleitorais, a despeito da institucionalização de procedimentos poliárquicos. Nessa perspectiva, a percepção dos eleitores é de que estão desamparados e não representados

pelas organizações convencionais de mediação política. Opinam que é o interesse particular e partidário que prevalecem sobre o interesse coletivo e cidadão. Essas atitudes incidem numa predisposição do eleitor de se afastar da arena política no seu sentido formal, buscando outras formas de expressão das suas demandas mediante mecanismos clientelistas e personalistas, possibilitando o retorno de uma *praxis* neopopulista que produz uma cultura política híbrida.

Temos uma cultura política híbrida, quando os cidadãos, ao mesmo tempo em que consideram a democracia a melhor forma de governo, não se mostram satisfeitos com o desempenho das instituições políticas democráticas. Uma consequência dessa situação é a recorrência com que os eleitores escolhem o candidato, com base numa identificação terciária direta com o mesmo, negligenciando as instituições formais mediadoras, ou seja, os partidos políticos.

Em tais circunstâncias, os sistemas de crenças que são produzidos, de acordo com Converse (2006) nos seus estudos sobre este tema, criam estratos de eleitores que podem ser identificados por meio de pesquisas tipo *survey* de cultura política. O que merece ser destacado desses estratos é a percentagem significativa de eleitores na categoria de “sem conteúdo ideológico”, em outras palavras, pessoas que, pelo seu perfil sócio-demográfico, são vulneráveis a apelos demagógicos e populistas em épocas de eleição. Essa percentagem no Brasil, em pesquisas realizadas em 1984 e 1998 (Baquero, 2000) se situa no patamar de 35,0%. A presença de um número significativo de eleitores nessa categoria, além de fortalecer o personalismo nos pleitos eleitorais e possibilitar que a propaganda política trate as pessoas como consumidores e não como cidadãos, contribui para constranger e retardar o desenvolvimento de uma cultura política participativa constituída de cidadãos críticos. Resultados das eleições de 2010 poderão nos mostrar se temos avançado, ou não, na constituição de uma legitimidade social aliada a legitimidade jurídica institucional existente.

Bibliografia

ALMOND, Gabriel and VERBA, Sidney. *The Civic Culture*. Princeton University Press. 1963.

BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BAQUERO, Marcello. Paradigma de Converse: sistemas de crenças e processo eleitoral de 1982 em Porto Alegre/RS. *Revista do IFCH UFRGS*, Porto Alegre, v. 13, pp. 239-253, 1985.

CONVERSE, Philip E. The nature of belief systems in mass publics. *Critical Review*. Vol. 18, Issue1-3 Winter 2006 , pp. 1 – 74. 1964.

EASTON, David. *A framework for political analysis*. Englewood. Prentice Hall, 1965.

MOISES, José A. Cultura política, instituições e democracia - lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.23, n.66, fev. 2008, pp. 11-44, 2008.

CULTURA POLÍTICA E PROCESSOS ELEITORAIS

Political culture and electoral processes

Ednaldo Ribeiro
Universidade Estadual de Maringá - UEM
✉ ednaldorip@uol.com.br

Ainda que a relevância de fatores culturais na explicação de fenômenos políticos continue sendo objeto de considerável polêmica entre os cientistas sociais, dificilmente podemos encontrar investigadores que ostensivamente afirmem a total irrelevância dessa dimensão subjetiva. Apesar do tema da causalidade e da capacidade explicativa de variáveis relacionadas à cultura política ser controverso (MULLER & SELIGSON, 1994), a afirmação de que tais fatores importam tem ganhado cada vez mais adeptos (PUTNAM, 1997; DALTON, 2000; NORRIS, 2002; INGLEHART & WELZEL, 2005). Mesmo entre pesquisadores não vinculados ao que podemos chamar de “abordagem culturalista”, tem se difundido a tese de que o conjunto de fatores relacionados a essa dimensão subjetiva deve ser considerado em qualquer análise multicausal dos problemas contemporâneos, ainda que na posição de variável interveniente (DAHL, 1997).

Como sua proposta de superação dos limites estritamente institucionais, os estudos sobre cultura política têm ganhado bastante destaque nas últimas décadas, contribuindo para a popularização de termos como capital social, confiança interpessoal, cultura cívica e cultura política, tanto dentro quanto fora da academia.

É preciso reconhecer que a preocupação com tais determinantes culturais não é recente, sendo possível identificar seus antecedentes em escritos políticos de filósofos da antiguidade. Sua sistematização como programa de pesquisas, porém, é algo recente, datando da segunda metade do século XX. Como marco desta institucionalização, temos o estudo pioneiro de Gabriel Almond e Sydney Verba, *The Civic Culture* (1989), inspirador de uma série de novas pesquisas que trataram de aprofundar esta temática que atualmente vive um período de intensa produção.

A despeito desse reconhecimento, as investigações sobre o comportamento eleitoral, como recentemente apontou Baquero (2009), continuam a enfatizar o caráter racional dos eleitores e a dimensão institucional, mencionando muito marginalmente a questão dos valores, normas e atitudes. Sem pretender minimizar a relevância dessa dimensão racional, diferentes autores *culturalistas* têm defendido a importância dessa dimensão subjetiva para os processos eleitorais.

Ronald Inglehart, por exemplo, em seus estudos sobre mudança cultural, tem recorrentemente afirmado que a alteração das prioridades valorativas individuais em escala global, em direção aos chamados valores pós-materialistas, produzem impacto significativo sobre as instituições democráticas (INGLEHART & WELZEL, 2005). Mais especificamente no que diz respeito aos processos eleitorais, esse pesquisador defende que a partir das décadas finais do século XX, o cenário partidário ocidental tem refletido a tensão existente entre preocupações materialistas, em refluxo, e a ênfase em metas e objetivos pós-materialistas (INGLEHART, 2001).

Tal tensão no campo das orientações subjetivas dos públicos ocidentais estaria sendo resolvida no nível partidário tanto pela criação de novas legendas, quanto pela adoção de novas posições pelos partidos já consolidados (HUBER & INGLEHART, 1995). A partir de interessante análise dos programas de dezenas de partidos em diferentes países, Klingemann, Hofferbert e Budge (1994) verificaram que o percentual de referências ao conflito social entre as classes tem diminuído gradualmente e que tem aumentado as menções a temas como meio ambiente, igualdade de gênero, direitos de minorias étnicas. Entre as décadas 1940 e 1960, a média de menções a questões relacionadas à preservação ambiental nos programas analisados era de 0,3; na década de 1990 essa média de referências ao tema salta para 11. Ou seja, a relevância dos valores e de suas alterações poderia ser sentida nessa reestruturação programática e também nas estratégias eleitorais.

Demonstrar diretamente que as mudanças valorativas individuais antecedem à reorientação dos programas e estratégias partidárias é tarefa complexa, entretanto, como a reorientação cultural é um processo que ocorre ao longo de gerações e por meio de processos prolongados de socialização, nos parece menos plausível supor que a alteração na cultura política dos eleitores seja efeito das mudanças empreendidas pelas lideranças dos partidos políticos.

O impacto eleitoral dessas mudanças culturais também pode ser identificado no que diz respeito ao relevante problema da desigualdade de representação política entre homens e mulheres nas democracias atuais. Graças à sua associação com a defesa da auto-expressão, tolerância e igualdade entre os gêneros, a síndrome de valores pós-materialistas é apontada também como importante impulsionador da inclusão do tema do “empoderamento” das mulheres na agenda política de agremiações de distintas matrizes ideológicas (INGLEHART, NORRIS E WELZEL, 2002).

Inglehart e Welzel (2005) mostram que tem aumentado, em termos globais, a rejeição pública à afirmação de que “homens são melhores líderes políticos que mulheres” e que essa disposição mais favorável à igualdade tem se convertido objetivamente em ampliação da presença feminina nos parlamentos, ao apresentarem um coeficiente de correlação elevado (0,73) entre os percentuais de discordantes e de mulheres nas casas legislativas em uma análise envolvendo mais de 70 países.

Também no cenário brasileiro alguns autores têm contribuído para a afirmação da relevância da cultura política sobre o comportamento eleitoral. A partir da análise de dados relativos à eleição presidencial de 1989 e do seu relacionamento com variáveis relacionadas à cultura política da população nacional, Moisés (1990) nos apresenta um interessante esforço nesse sentido. Esse pesquisador constata que já no final da década de 1980, a adesão normativa dos brasileiros à democracia se tornava cada vez mais consistente. Entretanto, também identifica uma acentuada frustração com o funcionamento concreto das instituições políticas do país. Associada à postura democrática, o interesse por política crescia, mas em paralelo também ganhava força um sentimento de indignação que se manifestava no voto de protesto. Esse dualismo em nossa cultura política, portanto, é proposto como fator explicativo relevante para um comportamento peculiar do eleitorado nacional.

Também merecem destaque os estudos conduzidos por Baquero, que identifica um tipo de eleitor com traços personalistas e pragmáticos, também em razão do

descrédito e desconfiança nas instituições políticas e nos seus operadores (1994), somado a um recorrente sentimento de ineficácia política (BAQUERO & CASTRO, 1996).

O elemento personalista nessa interpretação teria sua base no desencanto com o funcionamento concreto das instituições políticas, especialmente dos partidos (BAQUERO, 2000). O pragmatismo, por sua vez, é interpretado como consequência da dificuldade que o eleitor médio possuiria de formular avaliações coerentes sobre os fenômenos políticos. Em pesquisas realizadas na cidade de Porto Alegre, esse pesquisador identificou que a maioria dos eleitores poderia ser definida como desprovida de conteúdo ideológico. Tais eleitores decidem seu voto a partir de critérios como eficiência na administração pública e preocupação com questões pós-materialistas, como preservação ambiental e qualidade de vida (BAQUERO, 1994; 1997).

Com interpretações distintas, esses investigadores tratam de afirmar a relevância de variáveis normalmente associadas aos estudos de cultura política na explicação do comportamento dos eleitores brasileiros. Somam-se, portanto, a uma vasta literatura internacional que, ao apontar os limites da perspectiva puramente racionalista ou institucionalista, apresenta essa dimensão subjetiva dos fenômenos políticos como importante fator interveniente.

Bibliografia

- ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Nova York: Sage, 1989.
- BAQUERO, M. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: estado e partidos políticos. In.: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.
- BAQUERO, M. Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições municipais de 1996 em Porto Alegre. In.: BAQUERO, M. (Org.). *A lógica do processo eleitoral em tempos modernos: novas perspectivas de análise*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Canoas: Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997.
- BAQUERO, M.; CASTRO, H.C. A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política. In.: BAQUERO, M. (Org.). *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.
- DAHL, R. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.
- DALTON, R. J. Value change and democracy. In.: PHARR, Susan J.; PUTNAM, Robert D. (eds.). *Disaffected Democracies: what's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University Press, 2000.

- HUBER, J.; INGLEHART, R. Expert interpretations of party space and party locations in 42 societies. *Party Politics*, 1, 1:73-112, 1995.
- INGLEHART, R. *Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno, 2001.
- INGLEHART, R.; NORRIS, P.; WELZEL, C. Gender equality and democracy. *Comparative Sociology*, 1, p. 321-46, 2002.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C.. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. New York, Cambridge University Press, 2005.
- KLINGEMANN, H.; HOFFERBERT, R.; BUDGE, I. *Party, Policies and Democracy*. Boulder: Westview Press, 1994.
- MOISÉS, J.A. Elecciones, participacion y cultura politica: câmbios y continuidades. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 50, p.61-109, 1991.
- MULLER, E. N.; SELIGSON, M. Civic culture and democracy: The question of causal relationships. In: *American Political Science Review*, n.88, p. 635-652, 1994.
- NORRIS P. *Democratic Phoenix: political activism worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

O SISTEMA PROPORCIONAL NO BRASIL: ORÍGENS, CARACTERÍSTICAS E EFEITOS

Proportional system in Brazil: origins, characteristics and effects.

Noelle Del Giudice
Universidad Autónoma de Madrid

✉ noellecg@yahoo.com.br

O sistema proporcional de lista aberta é adotado no Brasil desde as eleições de 1945. O país é um dos que adota essa modalidade de sistema proporcional por mais tempo, juntamente com a Finlândia. O sistema foi previsto pela primeira vez em 1935, e segue até hoje com poucas modificações. Este trabalho busca examinar e apresentar as origens, características e efeitos deste sistema tão peculiar.

Origens do sistema eleitoral

A representação proporcional surgiu pela primeira vez no Brasil em 1932, por ocasião da elaboração do primeiro Código Eleitoral Brasileiro. O sistema adotado não era exclusivamente proporcional, mas um de tipo misto paralelo. Nas eleições para a Câmara dos Deputados uma parte dos representantes era eleita por um sistema de maioria simples, e outra parte através de regras proporcionais.

De acordo com o sistema eleitoral adotado pelo Código de 1932, era possível votar em tantos nomes quantos fossem os assentos de cada distrito mais um, independente dos partidos, ou seja, era possível votar em candidatos pertencentes a partidos distintos. Também era possível a formação de coalizões entre os partidos. O registro de candidatos sem partidos também era uma possibilidade prevista pelo Código. Os votos dados aos primeiros nomes de cada cédula eram somados para se obter a votação total de cada partido. Eram eleitos todos os candidatos que individualmente alcançavam o quociente eleitoral, estabelecido pela Quota Hare,

além dos candidatos mais votados de cada legenda que tivessem alcançado esse quociente. (Nicolau, 1993:76). Os demais nomes que constavam na cédula, eram somados seus votos, independentemente de seus partidos, e os nomes mais votados ocupavam as cadeiras que não haviam sido distribuídas segundo o método anterior. (Nicolau 1993:76).

Tal sistema foi utilizado em somente duas eleições, a de 1933 (para a Assembléia Constituinte que elaborou a Constituição de 1934) e em 1934 (para escolher os representantes da Câmara dos Deputados). Em decorrência do grande número de candidatos e da complexidade do processo de apuração dos votos, os resultados das eleições demoravam meses para serem publicados.

Em 1935, a lei eleitoral foi reformada e passou a adotar um sistema eleitoral estritamente proporcional para deputados federais, estaduais e vereadores. Em 1937, o então Presidente da República, Getúlio Vargas levou a cabo um golpe de estado. Os partidos foram proibidos de funcionar, todas as eleições foram suspensas e foi fechado o Congresso Nacional (Nicolau, 2002 b:43). Dessa forma, o novo sistema eleitoral só começou a funcionar nas eleições de 1945 para a Assembléia Constituinte.

O sistema eleitoral adotado em 35 funcionava da seguinte forma: os distritos eleitorais coincidiam com a delimitação territorial de cada uma das Unidades Federativas (Estados). Os partidos políticos podiam competir sozinhos ou em coalizões. Não era permitida a competição de candidatos sem partido e um mesmo candidato podia competir em diversos distritos e para diferentes cargos (Nicolau 2002 b:45). Os partidos ou coalizões apresentavam uma lista de candidatos sem definir a ordem de preferência (lista aberta). Cada eleitor tinha direito a um voto em qualquer um dos candidatos apresentados.

Após a eleição, calculava-se o quociente eleitoral segundo a Quota Hare, ou seja, pela divisão do número de todos os votos, inclusive os em branco, pelo número de cadeiras que deveriam se ocupadas no distrito. Em seguida, todos os votos dos candidatos de um mesmo partido ou coalizão eram somados para determinar quantas cadeiras seriam conferidas a cada um deles.

Depois, eram contados os votos individuais de cada candidato de um mesmo partido ou coalizão. Os assentos obtidos eram então ocupados pelos candidatos mais votados de cada partido/coalizão. Os assentos restantes eram concedidos ao partido mais votado em cada distrito.

Em 1950 foi aprovado um novo código eleitoral. O novo conjunto de leis introduziu uma reforma importante no sistema eleitoral: a alteração da fórmula utilizada para a distribuição de assentos entre partidos. De acordo com a regra anterior, os assentos distribuídos através do cálculo do quociente eleitoral eram ocupados pelo partido mais votado em cada distrito. A partir de 1950 as cadeiras não ocupadas seriam distribuídas de acordo com a fórmula D'Hondt, de maiores médias. Segundo esta fórmula, o número total de votos de cada partido/coalizão era dividido pelo número total de assentos já obtidos por cada um deles, mais um. O partido/coalizão que alcançasse a maior média ocuparia um assento (Nicolau, 1993:116).

Além desta modificação, o código eleitoral proibia que um mesmo candidato participasse da competição em vários distritos e para mais de um cargo.

Desde a adoção do Código Eleitoral de 1950, o sistema eleitoral utilizado no Brasil permaneceu praticamente inalterado, e foi utilizado em 15 eleições para a Câmara dos Deputados. A única alteração sofrida ocorreu em 1998, quando os votos brancos deixaram de ser contabilizados para o cálculo do quociente eleitoral (Nicolau, 2002 b:48).

Funcionamento do atual sistema

Em 1985, o país iniciou seu retorno à democracia, o qual culminou com a aprovação de uma nova constituição em outubro de 1988. O texto de 88 não alterou as normas para o registro e acesso dos partidos ao parlamento e seguiu adotando o mesmo sistema eleitoral (Nicolau, 1996:13).

De acordo com as regras atuais, os partidos políticos podem competir sozinhos ou formar coalizões. Eles apresentam uma lista aberta de candidatos, ou seja, um elenco de candidatos sem definir uma ordem de preferência. Cada eleitor tem a opção de dar seu voto a um candidato ou a um partido.

Após a eleição, o Tribunal Superior Eleitoral calcula o coeficiente eleitoral por Quota Hare, excluindo da contagem os votos em branco. Após o cálculo, todos os candidatos de um mesmo partido/coalizão são somados para determinar o número de assentos a que eles têm direito. A cada vez que o partido/coalizão alcança o coeficiente necessário, ele obtém uma cadeira.

Em um segundo momento, é feita a contagem dos votos individuais de cada candidato. Os assentos obtidos pelos seus respectivos partidos/coalizões são distribuídos àqueles com maior votação individual. Na verdade, os votos destinados

a cada partido/coalizão servem apenas para distribuir as cadeiras, não afetam a identificação dos candidatos que ocuparão tais cadeiras (Nicolau, 2006:223, Del Giúdice, 2007:4). Os assentos ocupados através deste processo são distribuídos segundo a fórmula D'Hondt (Nicolau, 2004:124).

Elementos do Sistema Eleitoral

Magnitude do distrito: No Brasil, de acordo com a Constituição da República, o menor distrito tem 8 membros, e o maior tem 70. Juntamente com a Itália e a Áustria, o Brasil é um país que apresenta uma das magnitudes mais altas em um distrito, tendo um valor médio de 19 membros (Nicolau, 1996:54).

Barreira Eleitoral: A barreira eleitoral no Brasil foi adotada somente durante o regime militar e era utilizada como uma forma de dificultar a formação e representação de novos partidos, visto que todos eles haviam sido extintos (Lima Junior, 1993:41).

Durante o governo militar, um partido deveria conseguir um mínimo de 5% dos votos nas eleições para a Câmara dos Deputados para obter existência legal. Em 1978 passou-se a exigir que a organização e funcionamento de um partido dependesse do apoio de pelo menos 5% de eleitores que tivessem participado nas últimas eleições, distribuídos em, pelo menos 9 distritos, com um mínimo de 3% em cada um deles (Nicolau, 1993:42). A partir de 1985, o partido deveria alcançar 3% dos votos para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos 5 distritos, com um mínimo de 2% em cada um deles, para obter representação (Nicolau, 1993:42).

A exceção deste fato, nenhuma Constituição brasileira estabeleceu uma barreira mínima para a representação ou funcionamento dos partidos políticos. Dessa forma, no Brasil, é o quociente eleitoral, definido através da fórmula Hare, que funciona como barreira efetiva. Os partidos políticos que em cada eleição não haviam alcançado o quociente não teriam acesso a assentos que seriam distribuídos (Nicolau, 1993:43).

Fórmula Eleitoral: Desde 1932 a fórmula eleitoral utilizada é a mesma. Em primeiro lugar, é calculada a Quota Hare ou quociente eleitoral através da divisão do número de votos recebidos por cada partido pelo número de cadeiras que serão distribuídas. Em seguida, faz-se a distribuição dos restos. Até 1950, com a adoção do novo Código Eleitoral, os restos passaram a ser distribuídos através da fórmula D'Hondt (Nicolau, 2002 b:43, Porto, 2002:297). A partir de então, as fórmulas para distribuição de assentos permaneceram inalteradas.

Estrutura do Voto: Desde a adoção de um sistema exclusivamente proporcional para a eleição de representantes para Câmara dos Deputados, que ocorreu 1935, os eleitores só têm direito a um único voto, que pode ser dado a um candidato ou a um partido. Desde então, o sistema eleitoral proporcional brasileiro apresenta uma estrutura de voto de lista aberta, segundo a qual o partido apresenta uma lista de candidatos sem ordem predeterminada. O eleitor vota em um dos nomes da lista e os assentos são distribuídos aos candidatos com maior número de votos de cada partido.

Conseqüências políticas do sistema eleitoral

Impacto nos partidos e no sistema partidário

Desde que foi estabelecido pela primeira vez em 1935, o sistema eleitoral proporcional brasileiro tem sofrido críticas, sobretudo com relação à afirmação de que a lista aberta tende a estimular campanhas centradas em candidatos. Posto que os candidatos tenham que obter votos individuais, é comum que eles valorizem atributos pessoais para diferenciarem-se de seus colegas de partido. (Nicolau, 2006).

Algumas pesquisas realizadas sobre o sistema proporcional no Brasil (Carvalho, 2000; Nicolau, 2006) reforçam a idéia de que de fato existem as campanhas centradas em candidatos. Em uma pesquisa realizada com deputados federais, em 1999, a grande maioria negou que possuam uma grande autonomia em relação à realização de suas campanhas, e que a participação dos partidos nelas era bastante reduzida. Os deputados atribuíram um peso de 73% à atuação individual e 37% à atuação de seu partido. Aqueles pertencentes a partidos que têm mais peso nas campanhas eleitorais, de acordo com a pesquisa, são o PT e o PCdoB (Carvalho, 2000).

Além de incentivar a orientação do voto para os candidatos, o sistema de listas abertas incentiva a competição interna dos membros dos partidos (Nicolau, 2006). Como a definição da ordem da lista é estabelecida através do número de votos alcançado por cada candidato de forma individual, eles têm seus próprios correligionários como principal adversário.

Outra peculiaridade do sistema eleitoral que gera um efeito sobre o sistema partidário é a regra adotada para a distribuição dos assentos entre os partidos de uma mesma coalizão. Em países que as permitem, a distribuição de assentos dentro da coalizão ocorre de acordo com a participação de cada partido na votação total da coalizão. Uma legenda que obteve 10% de votos da coalizão tem direito a 10% dos assentos recebidos por ela.

No Brasil, as coalizões funcionam com se fossem um só partido. Os assentos são distribuídos de acordo com a votação nominal de cada candidato, independente do desempenho de seu partido.

Um dos efeitos da utilização de coalizões sobre o sistema partidário está no fato de que sua utilização permite que pequenos partidos que não alcançaram o quociente eleitoral, e, portanto, não teriam acesso ao parlamento, conseguem obter cadeiras na Câmara. Isso ocorre porque um partido pequeno, com possibilidades remotas de, somente conseguir um lugar no parlamento, faz coalizões com partidos de médio e grande porte, estes sim, capazes de garantir seu espaço na Câmara dos Deputados.

Em suas pesquisas a respeito dos partidos e do sistema partidário brasileiros, Mainwaring (1999) conclui, com base em dados empíricos, que os partidos apresentam uma estrutura muito fraca. Estudando o desempenho dos partidos políticos em várias eleições e em distintos períodos de tempo, Mainwaring (1999:173) afirma que os mesmos são pouco disciplinados e exercem um papel secundário na maioria das campanhas políticas. Ademais, são muito pouco coesos e apresentam baixa institucionalização.

Ainda assim, o autor sugere algumas conseqüências geradas pela debilidade dos partidos brasileiros. A primeira delas é sua debilidade como atores do sistema político. Partidos que apresentam recursos, uma baixa disciplina e fraca lealdade têm pouca probabilidade de obter apoio da sociedade. Outra conseqüência se refere ao pouco controle que os partidos exercem sobre as elites políticas. Por tal motivo, estas elites são os principais agentes de representação, muito mais que os próprios partidos políticos (Mainwaring, 1999:74).

Impacto sobre os eleitores

Pesquisas empíricas (Nicolau, 2002 a) mostram que o sistema eleitoral de lista aberta utilizado no Brasil gera, para os eleitores, a idéia de uma disputa personalizada entre cada um dos candidatos, e a idéia que estes são eleitos com um sistema majoritário, onde ganham os candidatos que obtiveram mais votos.

ao digitar o número do candidato na urna eletrônica, surge na tela uma foto do mesmo. Ademais, para ajudar os eleitores, as sessões eleitorais possuem folhas onde estão escritos os nomes de todos os candidatos com seus respectivos números. Notavelmente, não há qualquer tipo de informação sobre os partidos de cada um deles, sobre quais foram as coalizões estabelecidas ou como se faz a distribuição de assentos.

Desta forma, os eleitores têm a percepção de que os candidatos que obtêm mais votos são eleitos, com um sistema majoritário que define mais de um representante por distrito ($M > 1$) (Nicolau, 2002 a). Muito poucos são os eleitores que têm informação sobre a complexidade do sistema eleitoral e a distribuição de cadeiras.

Além deste efeito, o sistema eleitoral brasileiro também parece debilitar a identificação dos eleitores com um determinado partido, pelo fato de reforçar as campanhas centradas em candidatos sem vínculos com seus partidos. Uma pesquisa realizada pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) perguntou aos eleitores no pleito de 2002 qual havia sido o fator mais importante no momento de escolher um candidato para deputado federal, se ele mesmo ou seu partido. Os resultados apontam que 92% dos eleitores consideraram mais importante o candidato independentemente de seu partido; 4% disseram que ambos foram importantes (Nicolau, 2006:17).

Conclusão

O sistema proporcional de listas abertas funciona no Brasil desde 1945, e permaneceu praticamente inalterado desde então. Muitas são as investigações que buscam determinar os defeitos deste sistema eleitoral e apontar elementos que merecem ser reformados.

Muitas propostas de reforma do sistema eleitoral já foram apresentadas desde sua adoção. As propostas buscam, sobretudo, reduzir o número de partidos, mudar as regras a respeito do funcionamento das coalizões, aumentar a identificação partidária do eleitor com os partidos e a correção das distorções da representação dos Estados, entre outros. Não obstante, nenhuma das propostas foi aceita.

Sem dúvidas, apesar do grande número de críticas, o sistema eleitoral brasileiro foi capaz de, em muitos anos de funcionamento, selecionar líderes políticos e fazer chegar ao parlamento as opiniões mais relevantes da sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Nelson Rojas de, "Peço a Palavra: Primeiro Nós". *Insight- Inteligência*, Vol. 9, pp. 89-96, 2000.
- DEL GIÚDICE, Noelle C. "Algunos Efectos del Sistema Proporcional de Brasil: efectos en el sistema de partidos, malapportionment y el 'puxador de legenda'". *Socius: Revista de Ciencias Jurídicas y Sociales*, n°4, octubre de 2007, ISSN: 1887-0031, 2007.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

MAINWARING, Scott P. *Rethinking Party System in the Third Wave of Democratization: the case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

NICOLAU, Jairo M. “Brasil: democratizing with majority runoff”, en *Handbook of Electoral System Choice*, editado por Colomer, J., Library of Congress Cataloging-in-Publication Data, 2004.

_____. “Como Controlar o Representante: considerações sobre as eleições para a câmara dos deputados no brasil”. *DADOS – Revista de Ciencias Sociais* vol. 45, nº 2, 2002 a.

_____. *Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidario brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *Historia do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002 b.

_____. *Sistema Eleitoral e Reforma Política*. Rio de Janeiro: Foglio, 1993.

_____. “O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil”, *DADOS – Revista de Ciencias Sociais*, vol. 49, n 4, 2006.

PORTO, Walter C. *O Voto no Brasil: da colônia à sexta república*. Rio de Janeiro: Topbooks 2002.

EL SISTEMA PROPORCIONAL EN BRASIL: ORÍGENES, CARACTERÍSTICAS Y EFECTOS

Proportional system in Brazil: origins, characteristics and effects.

Noelle Del Giudice
Universidad Autónoma de Madrid
✉ noellecg@yahoo.com.br

El sistema proporcional de listas abiertas es adoptado en Brasil desde las elecciones de 1945. Brasil es uno de los países que adopta esta modalidad de sistema proporcional por más tiempo, junto con Finlandia. El sistema fue previsto por primera vez en 1935, y sigue hasta hoy con pocas modificaciones. Este trabajo busca examinar y presentar los orígenes, características y efectos de ese sistema electoral tan peculiar.

Orígenes del sistema electoral

La representación proporcional ha surgido por primera vez en Brasil en 1932, cuando de la elaboración del primer Código Electoral Brasileño. El sistema adoptado no era exclusivamente proporcional, sino un sistema mixto paralelo. En las elecciones para la Cámara Baja una parte de los representantes era elegida por un sistema de mayoría simple, y otra parte a través de reglas proporcionales.

De acuerdo al sistema adoptado por el Código Electoral de 1932, era posible votar en tantos nombres cuantos fueran los escaños de cada distrito más uno, independiente de los partidos, es decir, era posible votar en candidatos pertenecientes a distintos partidos. También era posible la formación de coaliciones entre partidos. Era permitido, además, el registro de candidatos no pertenecientes a ningún partido. Los votos dados a los

primeros nombres de cada cédula se sumaban para obtener la votación individual de cada partido. Estaban elegidos todos los candidatos que individualmente alcanzaran el cociente electoral, establecido por la cuota Hare, además de los candidatos más votados de cada partido que también hubiesen alcanzado este cociente (Nicolau, 2002 b: 40). Con relación a los restantes nombres que aparecían en cada papeleta (que no el primero), se sumaban todos sus votos, independiente de sus respectivos partidos, y los nombres más votados ocupaban los escaños no distribuidos por el método anterior, es decir, los restos (Nicolau, 1993: 76).

Este sistema fue utilizado solamente en dos elecciones, de 1933 (elección de la Asamblea Constituyente para la elaboración de la Constitución de 1934) y de 1934 (elección de representantes de la Cámara Baja). Por haber un gran número de competidores, además de la complejidad de la apuración de los votos, los resultados de las elecciones tardaban meses en ser publicados.

En 1935 la ley electoral fue reformada y pasó a adoptar un sistema electoral estrictamente proporcional para diputados federales y estatales y concejales. En 1937, el entonces Presidente de la República Getulio Vargas llevó a cabo un golpe de estado. Los partidos fueron prohibidos de funcionar, todas las elecciones fueron suspendidas y fue cerrado el Congreso Nacional (Nicolau, 2002 b: 43). Asimismo, el nuevo sistema electoral solo empezó a funcionar en las elecciones 1945 para la Asamblea Constituyente.

El sistema electoral adoptado en 1935 funcionaba de la siguiente manera: los distritos electorales coincidían con la delimitación territorial de cada una de las unidades de la Federación. Los partidos políticos podían competir solos o formar coaliciones. Ya no era permitida la competición de candidatos no pertenecientes a ningún partido, y un mismo candidato podía participar de la competición electoral en diversos distritos y para diferentes cargos (Nicolau, 2002 b, 45). Los partidos o coaliciones entre partidos presentaban un listado de candidatos sin definir el orden de preferencia (lista abierta). Cada elector solo tenía derecho a un voto para cualquiera de los candidatos presentados.

Tras la elección, se calculaba el cociente electoral por la cota Hare, es decir, por la división del número de todos los votos, incluidos los votos en blanco, por el número de escaños que deberían ser ocupados. En seguida, todos los votos de los candidatos de un mismo partido o coalición eran

sumados para determinar cuántos escaños tendría derecho a ocupar cada uno de ellos.

Después, eran contados los votos individuales de cada candidato de un mismo partido/coalicción. Los escaños obtenidos por el partido/coalicción serían ocupados por sus candidatos más votados individualmente. Los escaños no ocupados tras este proceso eran distribuidos al partido más votado en cada distrito (Nicoulau, 1993, 77).

En 1950 fue aprobado un nuevo código electoral. Este código introdujo una reforma importante en el sistema electoral: la alteración de la fórmula utilizada para la distribución de escaños entre partidos. Por la regla anterior, los escaños no distribuidos tras el cálculo del cociente electoral eran ocupados por el partido más votado en cada distrito. A partir de 1950 los escaños no ocupados tras el cálculo del cociente electoral eran distribuidos por la fórmula D'Hondt de mayores medias. Según esta nueva fórmula, el número total de votos de cada partido era dividido por el número total de escaños ya obtenidos por este partido más uno. El partido que alcanzara la mayor media ocuparía un escaño (Nicolau, 1993: 116).

Además de esta modificación, el Código Electoral de 1950 introdujo la prohibición de un mismo candidato participar de la competición electoral en varios distritos y para distintos cargos. A partir de esta fecha, cada candidato solo podía competir en un único distrito y para un único cargo.

Desde la adopción del Código electoral de 1950, el sistema electoral utilizado en Brasil ha permanecido prácticamente inalterado, y ha sido utilizado en 15 elecciones para la Cámara Baja. La única alteración sufrida por dicho sistema ha ocurrido en 1998, cuando los votos blancos dejaron de ser contabilizados para el cálculo del cociente electoral (Nicolau, 2002 b: 48).

Funcionamiento del sistema electoral actual

En 1985 el país empezó su retorno a la democracia, que culminó con la aprobación de una nueva constitución en octubre de 1988. La Constitución de 1988 no cambió las normas para registro y acceso de los partidos al parlamento y siguió adoptando el mismo sistema electoral (Nicolau, 1996: 13).

Según las reglas actuales, los partidos políticos pueden competir solos o formar coaliciones. Los partidos o coaliciones presentan una lista abierta de candidatos, es decir, un listado de candidatos sin definir el orden de

preferencia. Cada elector tiene la opción de dar su voto a un candidato o a un partido/coalición.

Después de la elección, el Tribunal Superior Electoral calcula el coeficiente electoral por la cota Hare, excluidos los votos en blanco. Tras este cálculo, todos los votos de los candidatos de un mismo partido o coalición son sumados para determinar el número de escaños que tendrá derecho a ocupar. A cada vez que el partido/coalición alcanza el coeficiente, tendrá derecho a un escaño.

A seguir, son contados los votos individuales de cada candidato de un mismo partido/coalición. Los escaños obtenidos por el partido/coalición serán ocupados por sus candidatos más votados. En realidad, los votos destinados a cada partido/coalición sirven apenas para distribuir los escaños, no afectan la identificación de los candidatos que ocuparán tales escaños (Nicolau, 2006: 223; Del Giudice, 2007: 4). Los escaños no ocupados tras este proceso son distribuidos por la fórmula D'Hondt (Nicolau, 2004: 124).

Los elementos del Sistema Electoral

Magnitud del Distrito: En Brasil, según dispone la Constitución de la República, el distrito más pequeño tiene 8 miembros, y el más grande 70 miembros. Al lado de Italia y Austria, Brasil es el país que presenta una de las más altas magnitudes de distrito, con un valor medio de 19 miembros (Nicolau, 1996:54).

Umbral Electoral: En Brasil, el umbral electoral fue adoptado únicamente durante el periodo del Gobierno Militar, y era utilizado como una forma de dificultar la formación y representación de nuevos partidos, puesto que todos los partidos antiguos habían sido extinguidos (Lima Junior, 1993: 41).

Durante el Gobierno Militar, un partido debería conseguir un mínimo de 5% de los votos en las elecciones para la Cámara Baja para alcanzar su existencia legal. En 1978 se pasó a exigir que la organización y funcionamiento de un partido fuera dependiente del apoyo de 5% de electores que hubiesen participado en las últimas elecciones, distribuidos en por lo menos 9 distritos, con un mínimo de 3% en cada uno de ellos (Nicolau, 1993: 42). A partir de 1985, el partido debería alcanzar 3% de los votos para la Cámara Baja, distribuidos en por lo menos 5 distritos, con un mínimo de 2% en cada uno de ellos, para obtener su representación (Nicolau, 1993: 42).

A excepción de lo mencionado, ninguna otra Constitución brasileña estableció un umbral mínimo para la representación o funcionamiento de los partidos políticos. Asimismo, en Brasil, es el cociente electoral, determinado a través de la fórmula Hare, que funciona como el umbral efectivo. Los partidos políticos que en cada elección no hayan alcanzado tal cociente no tendrán acceso a los escaños que serán repartidos (Nicolau, 1993: 43).

Fórmula Electoral: Desde 1932 la fórmula electoral utilizada es la misma. En primero lugar, se calcula la Cota Hare o cociente electoral, a través de la división del número de votos recibidos por el partido por el número de escaños que serán distribuidos. En seguida se hace la distribución de los restos. Hasta 1950 en Brasil, los restos eran distribuidos al partido más votado en cada distrito. Desde 1950, con la adopción del nuevo Código Electoral los restos pasaron a ser distribuidos a través de la Fórmula D'Hondt (Nicolau, 2002 b: 43; Porto, 2002: 297). A partir de entonces, las formulas para distribución de escaños han permanecido inalteradas.

Estructura del Voto: Desde la adopción de un sistema exclusivamente proporcional para la elección de representantes para la Cámara Baja, que ocurrió en 1935, los votantes solo tienen derecho a un único voto, que puede ser dado a un candidato o a un partido. Desde entonces, el sistema electoral proporcional brasileño presenta una estructura de voto de lista abierta, según la cual el partido presenta un listado de candidatos sin un orden predeterminado. El elector vota en uno de los nombres del listado y los escaños serán distribuidos a los candidatos más votados de cada partido.

Consecuencias políticas del sistema electoral

Impacto en los partidos y en el sistema de partidos

Desde que establecido por primera vez en 1935, el sistema electoral proporcional brasileño ha sufrido críticas, sobre todo con relación a la afirmación de que la lista abierta tiende a estimular las campañas centradas en los candidatos. Puesto que los candidatos tienen que obtener votos individuales, es común que ellos valoren sus atributos personales para hacerse diferentes de sus colegas de partido (Nicolau, 2006).

Algunas investigaciones empíricas realizadas sobre el sistema proporcional en Brasil (Carvalho, 2000; Nicolau, 2006) refuerzan la idea de que de hecho existen las campañas centradas en los candidatos. En una encuesta realizada a los diputados federales en 1999, la gran mayoría contestó

que poseen gran autonomía en la realización de sus campañas, y que la participación de los partidos en ellas era bastante reducida. Los diputados han atribuido un peso del 73% a la actuación individual y 37% a la actuación de su partido. Los dos partidos que más peso tienen en las campañas electorales, de acuerdo con esta encuesta, son el PT y el PCdoB (Carvalho, 2000).

Además de incentivar que la orientación del voto hacia los candidatos, el sistema de listas abiertas incentiva la competición interna de los miembros de los partidos (Nicolau, 2006). Como la definición del orden de la lista es establecida a través del número de votos alcanzado por cada candidato de forma individual, cada candidato tiene como principal adversario sus propios colegas de partido.

Otra de las peculiaridades del sistema electoral brasileño que genera un efecto en el sistema de partidos es la regla adoptada para la distribución de escaños entre los partidos de una misma coalición. En países que permiten las coaliciones, la distribución de los escaños dentro de la coalición suele darse de acuerdo a la participación de cada partido en su éxito. Un partido que obtuvo 10% de los votos de la coalición recibirá 10% de los escaños atribuidos a ella.

En Brasil, las coaliciones funcionan como si fueran un partido. Los escaños son distribuidos de acuerdo a la votación nominal de cada candidato, independiente del desempeño de su partido, considerando la coalición como un gran partido.

Uno de los efectos de la utilización de las coaliciones sobre el sistema de partidos está en el hecho de que su utilización permite que pequeños partidos que no alcanzaron el cociente electoral, y, por lo tanto, no tendrían acceso al parlamento, puedan ocupar escaños en la cámara baja. Eso se da porque un partido pequeño, con remotas posibilidades de, sólo, conseguir un lugar en el parlamento, hace coaliciones con partidos de medio o grande porte, estos, sí, capaces de garantizar su sitio en la Cámara Baja.

En sus investigaciones respecto a los partidos y al sistema de partidos brasileños, Mainwaring (1999) concluye, con base en datos empíricos, que los partidos brasileños presentan una estructura muy débil. Tras estudiar el desempeño de los partidos políticos en varias elecciones y en distintos periodos de tiempo, Mainwaring (1999: 173) afirma que los mismos son poco disciplinados y ejercen un papel secundario en la mayoría de las campañas políticas. Además, son muy poco cohesivos y presentan una baja institucionalización.

Asimismo, el autor sugiere algunas consecuencias generadas por la debilidad de los partidos brasileños. La primera de ellas es su debilidad como actores del sistema político. Partidos que presentan pocos recursos, una baja disciplina y lealtades débiles tienen poca probabilidad de lograr apoyo de la sociedad. Otra consecuencia se refiere al poco control que los partidos políticos ejercen en las elites políticas. Por ese motivo, estas elites políticas son los principales agentes de representación, mucho más que los propios partidos políticos (Mainwaring, 1999: 174).

Impacto en los votantes

Investigaciones empíricas (Nicolau, 2002 a) muestran que el sistema electoral de listas abiertas utilizado en Brasil genera para los electores la idea de una disputa personalizada entre cada uno de los candidatos, y la idea de que éstos son elegidos como en un sistema mayoritario, donde ganan los candidatos que hayan obtenido más votos.

Al digitar le número del candidato en la urna electrónica, aparece en la pantalla una foto del mismo. Además, para ayudar a los electores, las secciones electorales presentan hojas donde están escritos los nombres de todos los candidatos con sus respectivos números. Sin embargo, no hay cualquier tipo de información sobre los partidos de cada uno de los candidatos, sobre cuáles fueron las coaliciones establecidas, o cómo se hace la distribución de los escaños.

De esta manera, los electores tienen la percepción de que los candidatos que obtienen más votos son los elegidos, como un sistema mayoritario que elige más de 1 representante (M1) (Nicolau, 2002 a). Muy pocos son los electores que tienen información sobre la complejidad del sistema electoral y la distribución de los escaños.

Además de este efecto, el sistema electoral brasileño también parece debilitar la identificación de los votantes con un determinado partido, por el hecho de reforzar las campañas centradas en los candidatos desvinculadas de sus partidos. Una encuesta realizada por el IUPERJ (Instituto Universitario de Pesquisas do Rio de Janeiro) preguntó a los electores en las elecciones de 2002 cual había sido el factor más importante en el momento de elegir un candidato para diputado federal, si el mismo candidato, o si el partido a que pertenece. Los resultados señalan que 92% de los electores consideraron más importante el candidato independientemente de su partido; 4% consideraron más

importante el partido; y 4% dijeron que ambos fueron importantes (Nicolau, 2006: 17).

Conclusión

El sistema proporcional de listas abiertas funciona en Brasil desde 1945, y ha permanecido prácticamente inalterado desde entonces. Muchas son las investigaciones que buscan determinar los defectos de este sistema electoral y apuntar elementos que merecen ser reformados.

Muchas propuestas de reforma del sistema electoral ya han sido presentadas desde su adopción. Las propuestas buscan sobretodo reducir el número de partidos, cambiar las reglas respecto al funcionamiento de las coaliciones, aumentar la identificación partidaria del elector hacia el partido y la corrección de las distorsiones de la representación de los Estados, entre otros. No obstante, ningunas de las propuestas han sido aceptadas.

Sin embargo, a pesar del gran número de críticas, el sistema electoral brasileño ha sido capaz, en sus muchos años de funcionamiento, de seleccionar líderes políticos y hacer llegar al parlamento las opiniones más relevantes de la sociedad brasileña.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Nelson Rojas de (2000), "Peço a Palavra: Primeiro Nós". *Insight- Inteligência*, Vol. 9, pp. 89-96.
- DEL GIUDICE, Noelle C. (2007). "Algunos Efectos del Sistema Proporcional de Brasil: efectos en el sistema de partidos, malapportionment y el 'puxador de legenda'". *Socius: Revista de Ciencias Jurídicas y Sociales*, nº4, octubre de 2007, ISSN: 1887-0031.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (1993). *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80*. São Paulo: Edições Loyola.
- MAINWARING, Scott P. (1999). *Rethinking Party System in the Third Wave of Democratization: the case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press.
- NICOLAU, Jairo M. (2004) "Brasil: democratizing with majority runoff", en *Handbook of Electoral System Choice*, editado por Colomer, J., Library of Congress Cataloging-in-Publication Data.
- _____ (2002 a). "Como Controlar o Representante: considerações sobre as eleições para a câmara dos deputados no brasil". *DADOS – Revista de Ciências Sociais* vol. 45, nº 2.
- _____ (1996). *Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- _____ (2002 b). *Historia do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (1993). *Sistema Eleitoral e Reforma Política*. Rio de Janeiro: Foglio.
- _____ (2006) "O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil", *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 49, n 4.
- PORTO, Walter C. (2002). *O Voto no Brasil: da colônia à sexta república*. Rio de Janeiro: Topbooks.

COMPARECIMENTO ELEITORAL E CULTURA POLÍTICA NO BRASIL

Denise Salles

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ

✉ denisem.lopes@gmail.com

Diversos países da América Latina vêm sofrendo mudanças eleitorais importantes nos últimos anos, para as quais os especialistas ainda não têm respostas. Alguns países vêm apresentando alterações que podem representar um descenso significativo no comparecimento eleitoral. No Chile, por exemplo, observa-se uma redução no comparecimento às urnas e no cadastramento para votar, como ressalta Altman (2008). Além disso, há um crescimento da alienação e do cinismo, especialmente entre os jovens. Em muitos países onde o voto não é compulsório para a faixa etária entre os 16 e 18 anos, observa-se, entre os jovens, taxas menores de comparecimento e atitudes e percepções de rejeição à política¹. O comparecimento na Costa Rica também vem decaindo significativamente², fato perturbador, dado que este país é uma das democracias mais antigas da região latino americana.

A obrigatoriedade do voto e a existência e aplicação de sanções ao descumprimento dessa regra não conseguem explicar, por si sós, as diferenças nas taxas de abstenção eleitoral. Colômbia e Nicarágua são os maiores exemplos disso. Não sendo o voto obrigatório nos dois países, Colômbia apresenta média de 44% da população votando, enquanto Nicarágua apresenta 81%³. Outros casos oferecem

¹ No Brasil, o cadastramento de jovens para votar na próxima eleição foi 12% menor do que na anterior, segundo dados do TRE.

² Vargas Cullel, 2007. Em outros países, como Guatemala e Colômbia, as taxas de comparecimento eleitoral estão mais baixas do que nos EUA

³ Fonte: Payne; Zovatto, 2006.

contrastes interessantes também: Equador, Venezuela e República Dominicana têm médias de voto equivalentes, sendo que o Equador possui sanções e elas são aplicadas, enquanto que nos outros dois países não há sanções especificadas para a violação da obrigatoriedade do voto.

Também importam as regras de cadastramento, que variam de país para país. O caso mais emblemático é o do Chile, com quase 30% da população não cadastrada⁴. Isso se deve ao fato de que lá o voto é obrigatório, mas o cadastramento para votar não o é.

Na última eleição presidencial no Brasil, um total de 83,3% da população apta a votar compareceu às urnas. A média de comparecimento às urnas no país entre 1978 e 2000 é de 82,9%⁵, uma das mais altas da região. Entretanto, possuímos taxas elevadas de descontentamento com as instituições, e desconfiança para com partidos e o Congresso Nacional e insatisfação com o funcionamento da democracia (LOPES, 2004; Moisés, 2008). Acreditamos que, para além da questão quantitativa do comparecimento, há também mudanças eleitorais qualitativas, bem como em termos da participação política como um todo, que merecem investigação.

Diversas teorias têm sido mobilizadas para explicar a participação na América Latina. A teoria da modernização foi utilizada para testar a previsão de que o maior desenvolvimento levaria a maior democracia e, com isso, maior participação. Por outro lado, a reespecificação desta teoria⁶ prevê que as transformações que as sociedades pós-industriais vêm passando modificam os canais tradicionais de participação. O aumento nos padrões de vida, o crescimento do terceiro setor e as oportunidades educacionais em expansão ampliariam as demandas por uma participação pública mais ativa no processo político. Estas novas exigências, por sua vez, teriam encontrado expressão em outros canais de participação tais como ação direta, novos movimentos sociais e grupos de protesto.

A perspectiva institucionalista advoga a importância da estrutura do Estado em criar oportunidades para a participação. Diversos autores testaram o modo como as leis eleitorais, os sistemas partidários e modelos constitucionais ajudam a explicar diferenças em taxas de comparecimento eleitoral. A visão da cultura política acrescenta a este debate, por trazer à tona tanto os incentivos individuais à participação, como outros recursos que mobilizam a ação política. A perspectiva de Putnam (1996), com sua revisita ao conceito de capital social, levanta o papel de associações voluntárias e

⁴ Altman, 2008.

⁵ Fonte: Payne; Zovatto, 2006.

⁶ Tal como advogada pelos autores: Daniel Bell, Ronald Inglehart e Russel Dalton.

grupos comunitários em estimular a participação. Outros investigadores mostram a importância do desenvolvimento das relações de confiança, otimismo e tolerância.

No que segue, trataremos de um dos itens dessa discussão mais ampla sobre a participação: a relação entre a cultura política e o comparecimento eleitoral no Brasil. Nossa questão é identificar, para além do voto obrigatório, quais variáveis já tratadas pela literatura da cultura política explicam o comparecimento eleitoral no Brasil. Para interpretar o caso brasileiro, utilizamos os dados do Barômetro das Américas⁷ de 2008 e elaboramos um modelo de regressão logística⁸, cujos resultados podem ser vistos na tabela 1:

Tabela 1
Determinantes do Comparecimento Eleitoral no Brasil (Logit)

	Odds Ratio	Std. Err.	Z	P>z	[95% Conf.	Interval
Sexo	0,9824047	0,18962	-0,09	0,927	0,6729685	1,43412
Educação	1,085576	0,024599	3,62	0,000	1,0384170	1,13488
Idade	1,0043460	0,005374	0,81	0,418	0,993868	1,01493
Participação em Associações Políticas	2,2781230	0,54888	3,42	0,001	1,4206690	3,65310
Participação em Grupos Comunitários	1,1012750	0,193468	0,55	0,583	0,7804769	1,55393
Participação em ONGS	0,4896066	0,125624	-2,78	0,005	0,2961037	0,809563
Participação em Associação de Pais ou de Mulheres	1,640733	0,393191	2,07	0,039	1,025777	2,62436
Participação em Associações Religiosas	1,05804100	0,181778	0,33	0,743	0,755546	1,48165
Satisfação com a Democracia	0,9795323	0,051093	-0,4	0,692	0,8843401	1,08497
Confiança nas Pessoas	1,0793180	0,139543	0,59	0,555	0,8377203	1,39059
Confiança no Congresso	0,9296699	0,05098	-1,33	0,184	0,8349337	1,03516
Confiança no Governo	1,008351	0,064716	0,13	0,897	0,8891624	1,14352
Confiança nos Partidos	1,151501	0,065576	2,48	0,013	1,029887	1,28748

* Variável dependente: Ter votado na última eleição Presidencial (2006). Dados: Brasil, Lapop: 2008

Como podemos observar, a participação em associações está relacionada com a política, especificamente aqui com o ato de votar. A participação em associações de caráter político, como esperado, aumenta significativamente a chance de votar. Ou seja, a participação neste tipo de associação produz 116% a mais de chances de comparecer às urnas do que quem não participa. O envolvimento com organizações não-governamentais também ajuda a compreender as chances de voto. Entretanto,

⁷ A série de *surveys* do Barômetro das Américas é conduzida pelo LAPOP - Latin American Public Opinion Project (LAPOP). Maiores informações em: www.LapopSurveys.org. Agradeço ao LAPOP e seus financiadores (The United States Agency for International Development, The United Nations Development Program, The Inter-American Development Bank, e Vanderbilt University) pela concessão dos dados utilizados neste trabalho.

⁸ Variável resposta binária: declarar ter votado na eleição para presidente de 2006. Incluímos como variáveis independentes: formas de participação em associações diversas, nível educacional, confiança interpessoal e nas instituições políticas.

aqui o fato de participar de ONGs e/ou grupos ambientalistas diminui as chances de participação eleitoral.

Ainda em relação ao tema do associativismo, a participação em associações de pais e /ou grupos de mulheres aumenta as chances de voto. Já a participação em grupos religiosos e comunitários parece não afetar o comparecimento às urnas..

De uma maneira geral, estes dados mostram que o envolvimento com diversos tipos de associações está relacionado com o comparecimento eleitoral no Brasil. O indivíduo mais participativo tem uma possibilidade muito maior de votar do que aquele que não participa, exceto nos casos das organizações não-governamentais.

Em consonância com outros resultados de investigação, a educação aparece aqui como forte preditor do ato de comparecer às urnas para votar. Cada ano completo de educação aumenta em 8% as chances de este comportamento ocorrer. Já a idade, mensurada de forma contínua, não foi significativa para explicar diferenças na propensão a comparecer às urnas.

Outras variáveis importantes da literatura da cultura política, entretanto, não foram significativas. A confiança interpessoal e a satisfação com a democracia parecem não afetar as chances de comparecimento. Também utilizamos outras formas de mensurar a confiança interpessoal e os coeficientes não resultaram significativos. Como a variável satisfação com a democracia é controversa, caberiam aqui maiores investigações.

Já a confiança política é relevante para estimular o comportamento eleitoral também no sentido positivo, com destaque para a confiança nos partidos políticos. Cada nível maior de confiança nos partidos está associado a uma chance 15% maior de voto.

Estes resultados nos instigam a continuar pesquisando as relações entre cultura política, estrutura institucional, desenvolvimento e participação. Uma visão mais compreensiva da ação política nos permitirá identificar também o peso dos fatores institucionais e sua atuação na criação de estruturas de oportunidade à participação.

Bibliografia:

- ALTMAN, David. *Individual, Economic, and Institutional Causes of Electoral Participation in Latin America*. Lapop Small Grant Series, 2008.
- LOPES, Denise M. N. N. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, vol. X, n° 1, p. 162-188, 2004.

MOISÉS, J. e CARNEIRO, Gabriela. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, n° 1, p. 1-42, 2008.

PAYNE, Mark; ZOVATTO, Daniel ; CARRILLO, Fernando; ALLAMAND, Andrés. *La política importa*. Democracia y desarrollo en América Latina. Banco Interamericano de Desarrollo, Edición revisada, 2006.

PUTNAM, Robert D., LEONARDI, Robert, NANETTI, Raffaella Y. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VARGAS CULLEL, Jorge. "Costa Rica: Fin de una Era Política." *Revista de Ciencia Política EE*, p. 113-128 2007.

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Cesar Marcello Baquero Jacome possui pós-doutorado no Instituto Gino Germani da Universidade de Buenos Aires, Argentina (2006) e pós doutorado na Universidade de Sussex, Inglaterra (2007). É membro do conselho editorial da Revista de Sociologia e Política da UFPR. É Coordenador do Núcleo de pesquisa Sobre América Latina e Editor Executivo da Revista Debates. Já lecionou na Florida State University e na Universidade Central del Ecuador e, atualmente é professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Denise Mercedes Nunes Nascimento Lopes Salles é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) e mestre em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - Serv. Téc. Cient. (2003). Atualmente é doutoranda em Ciência Política pelo IUPERJ. Dedica-se às seguintes áreas de pesquisa: cultura política, democracia na América Latina.

Ednaldo Aparecido Ribeiro possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2008). Atualmente é professor adjunto nível A da Universidade Estadual de Maringá. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura política, opinião pública e participação.

Leonardo da Silveira Ev é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista CNPq. É membro do grupo de pesquisa Opinião Publica: Marketing Político e Comportamento Eleitoral, da mesma instituição.

Noelle Carvalho del Giudice possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Newton Paiva (2003), especialista em Direito Público pela PUC-MG (2005) e mestre em Ciencia Política pela Universidad Autonoma de Madrid (2008). Atualmente é doutoranda em Ciencia Política pela Universidad Autónoma de Madrid. Atua principalmente nos seguintes temas: sistema eleitoral, partidos políticos, reforma eleitoral e reforma política, além de atuar também como advogada.